

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.774.345 - MS (2020/0266502-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR : ADRIANO APARECIDO ARRIAS DE LIMA - MS012307
AGRAVADO : EDENILSON VIEIRA MORENO
ADVOGADOS : FAUSTO LUIZ REZENDE DE AQUINO - MS011232
ALDAIR CAPATTI DE AQUINO - MS002162B

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA CC OBRIGAÇÃO DE FAZER CC COBRANÇA – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS SALARIAIS ENTRE CARGOS COM ATRIBUIÇÕES IGUAIS – DIREITO ASSEGURADO SOB PENA DE LOCUPLETAMENTO INDEVIDO DA ADMINISTRAÇÃO – INOCORRÊNCIA DE OFENSA À SÚMULA VINCULANTE 37 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DO REPASSE DO DUODÉCIMO AO PODER JUDICIÁRIO – CORREÇÃO MONETÁRIA – IPCA – JUROS DE MORA – REMUNERAÇÃO OFICIAL DA CADERNETA DE POUPANÇA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO JUNTAMENTE COM A REMESSA NECESSÁRIA

Quanto à primeira controvérsia, alega violação dos arts. 1.022 e 489, § 1º, IV, do CPC, no que concerne à omissão de fundamentação apta a obstar a incidência da lei que trouxe o escalonamento do pagamento; omissão acerca da irretroatividade dos efeitos financeiros e da inobservância da cláusula de foro, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Da maneira como já relatado, o Estado opôs aclaratórios escudando a presença de omissões, consubstanciadas (i) na ausência de fundamentação apta à obstar a incidência e validade ao caso telado do art. 2º da Lei Estadual n. 4.834/2016, que trouxe o escalonamento do pagamento das diferenças remuneratórias até 2020; (ii) na impossibilidade de retroatividade dos efeitos financeiros da Lei Estadual n. 4.834/2016, em razão do malferimento ao art. 1º da LINDB; (iii) na inobservância do

procedimento estabelecido pelo art. 97 da CF, nos termos da Súmula Vinculante n. 10, ao deixar de aplicar os indigitados dispositivos legais ao caso emoldurado sem qualquer fundamentação.

[...]

Ademais disso, o v. Acórdão impugnado, a um só tempo, ofende o disposto no art. 489, § 1º, inc. IV, do CPC, haja vista que não se considera fundamentada a decisão judicial que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador (fls. 269/271).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação dos arts. 1º e 6º da LINDB, no que concerne à irretroatividade da Lei Estadual n. 4.834/16, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Consoante já registrado, o v. Acórdão recorrido reconheceu a equiparação entre duas carreiras distintas para fins de remuneração, determinando que o pagamento da diferença fosse implantado e o período pretérito mesmo anterior à edição da Lei Estadual n. 4.834/2016 fosse pago respeitando-se a prescrição quinquenal, ao arrepio dos arts. 1º e 6º da LINDB que estabelecem que as leis não retroagirão.

[...]

Por essa razão, evidente a ofensa perpetrada pelo v. Acórdão recorrido aos arts. 1º e 6º da LINDB, vez que não se revela possível que a Lei Estadual n. 4.834/2016 retroaja seus efeitos para período anterior de sua promulgação, devendo, na hipótese de mantido o entendimento pelo pagamento ao recorrido, estes valores serem devidos somente após a edição da indigitada norma (fls. 272).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente aponta violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem especificar, todavia, quais incisos foram contrariados, a despeito da indicação de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Nesse sentido: “É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 se faz de forma genérica, sem especificar quais foram os incisos violados. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF”. (AgInt no AREsp n. 1.530.183/RS, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 19/12/2019.)

Ademais, impende ressaltar que, nos limites estabelecidos pelo

art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como a corrigir erro material. Nesse sentido, os seguintes arestos da Corte Especial: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 475.819/SP, relator Ministro Humberto Martins, Corte Especial, DJe de 23/3/2018, e EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EREsp 1491187/SC, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, DJe de 23/3/2018.

No caso em exame, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Conforme se observa do voto às f. 28-46, a causa foi devidamente analisada, sendo consignado através de exaustiva fundamentação os motivos pelos quais se entendeu que a Lei Estadual n. 4.834/2016 equiparou efetivamente os cargos de analista judiciário e técnico de nível superior e não apenas procedeu a reajuste salarial, não incidindo em nenhuma vedação do artigo 37, XIII, da Constituição Federal ou na Súmula Vinculante n. 37 do STF como pretende o embargante, a propósito transcrevo os excertos (f. 28-46):

[...]

Destarte, tendo sido reconhecido o direito de equiparação entre os cargos de Analista Judiciário e Técnico de Nível Superior, é devido o pagamento das diferenças existentes (verbas retroativas e seus reflexos) desde a criação dos cargos por meio da Lei Estadual nº 3.687/2009 quando se iniciou a divergência dos vencimentos, não havendo falar em violação ao artigo 1º da Lei Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

[...]

Não se objetiva estender ao autor a mesma vantagem concedida a determinado cargo para outro com atribuições distintas, mas sim a retribuição em idêntica proporção financeira para o desempenho das mesmas atividades e das mesmas funções, muito embora as nomenclaturas de provimento sejam diversas.

[...]

Consequentemente, ao deixar de implementar imediatamente as diferenças salariais é indubitado o desvio de função incorrido, com prejuízo à isonomia (fls. 202/205).

Assim, a alegada afronta aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022 do CPC não merece prosperar, porque o acórdão recorrido examinou devidamente a controvérsia dos autos, fundamentando suficientemente sua convicção, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional porque incorrentes quaisquer dos vícios previstos no referido dispositivo legal, não se prestando os declaratórios para o reexame da prestação jurisdicional ofertada

satisfatoriamente pelo Tribunal *a quo*.

Confirmam-se, nesse sentido: AgInt no AREsp n. 1.652.952/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.606.785/SC, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.674.179/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 28/8/2020; AgInt no REsp n. 1.698.339/CE, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg no AREsp n. 1.631.705/MG, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020; e AgRg no REsp n. 1.867.692/SP, relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 18/5/2020.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, é incabível o recurso especial porquanto eventual violação de lei federal seria meramente indireta e reflexa, pois exigiria um juízo anterior de norma local (municipal ou estadual), o que atrai, por analogia, o óbice do enunciado de Súmula n. 280/STF.

Nesse sentido, o STJ já decidiu que, "consoante se depreende do acórdão vergastado, os fundamentos legais que lastrearam a presente questão repousam eminentemente na legislação estadual. Isso posto, eventual violação a lei federal seria reflexa, uma vez que a análise da controvérsia requer apreciação da legislação estadual citada, o que não se admite em Recurso Especial. Portanto, o aprofundamento de tal questão demanda reexame de direito local, o que se mostra obstado em Recurso Especial, em face da atuação da Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, adotada pelo STJ". (REsp 1.697.046/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 26/11/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp 1.848.437/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/5/2020; AgInt no AREsp 1.196.366/PA, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 28/9/2018; AgRg nos EDcl no AREsp 388.590/RS, relatora Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 29/2/2016; AgRg no AREsp 521.353/RJ, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 19/8/2014; AgRg no REsp 1.061.361/RS, relator Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 25/4/2014; AgRg no REsp 1.017.880/ES, relatora Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 3/8/2011.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor dos honorários sucumbenciais que serão fixados em liquidação de

Superior Tribunal de Justiça

sentença, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente